

RELATÓRIO | 2018

Aquisição, Oneração e
Alienação dos bens imóveis do
domínio privado do Estado e
dos Institutos Públicos





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2018	3
2.1 Aquisição onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2018.....	3
2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018	4
2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018	4
2.4 Permuta de imóveis do Estado por escritura pública e por transação judicial em 2018.....	6
3. CONCLUSÃO	8

QUADROS

Quadro 1 Aquisição de imóveis pelo Estado e por institutos públicos	3
Quadro 2 Imóveis alienados pelo Estado e por institutos públicos	5
Quadro 3 Imóveis alienados por Ministério	5
Quadro 4 Tipo de procedimento de alienação	5
Quadro 5 Imóveis alienados- Entidade adquirente	6
Quadro 6 Resumo permutas/transação judicial em 2018	7
Quadro 7 Comparativo Aquisições vs. Alienações.....	8

ANEXOS

Anexo 1 Mapa 1 - Aquisição onerosa de imóveis pelo Estado e por institutos públicos em 2018
Anexo 2 Mapa 2 - Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018
Anexo 3 Mapa 3 - Permuta de imóveis do Estado em 2018- Escritura pública
Anexo 4 Mapa 4 – Transação judicial em 2018



1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é elaborado de acordo e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto¹, designadamente, a apresentação de informação pelo Governo à Assembleia da República sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos.

A sua preparação teve por base a informação produzida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das atribuições e competências que lhe estão cometidas, e ainda nos dados que a esta são comunicados pelas entidades intervenientes nas respetivas operações imobiliárias.

Assim, em anexo ao presente documento, são apresentados três mapas, nos quais constam a identificação e localização dos imóveis, o valor da avaliação, o valor da transação e a identificação dos contratantes:

- Mapa 1 – Aquisição onerosa de imóveis e de direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2018;
- Mapa 2 – Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018;
- Mapa 3 – Permuta de imóveis do Estado em 2018;
- Mapa 4 – Transação judicial - Aquisição e alienação de imóveis do Estado em 2018.

As operações imobiliárias supra descritas, com exceção da transação judicial, encontram o seu enquadramento legal junto do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário público, da Lei Orçamental e respetivo decreto-lei de execução orçamental em vigor em cada ano civil, e ainda, no que concerne à constituição de onerações, em legislação própria. Importa referir que as aquisições para o Estado por via expropriativa não são elencadas neste Relatório dado o seu procedimento não decorrer do Decreto-Lei n.º 280/2007, nem correr pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Nessa decorrência, a inobservância do Decreto-Lei n.º 280/2007, designadamente quando não tenha sido recolhida a competente autorização do membro do governo responsável pela área das finanças, não tenha havido instrução do respetivo processo junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças ou não exista comunicação sobre a concretização da operação imobiliária podem prejudicar a exaustividade dos elementos constantes dos mapas em anexo.

¹ Alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.



2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2018

2.1 Aquisição onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2018

De acordo com o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a aquisição onerosa, para o Estado, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, quando o valor da aquisição seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa.

Tratando-se da aquisição onerosa para os institutos públicos, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, cujo valor seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças e ao membro do Governo responsável pela tutela autorizar essa aquisição. Quando o valor da aquisição seja igual ou superior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem, compete ao Primeiro-Ministro autorizá-la. Caso o valor da aquisição exceda o montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para o Primeiro-Ministro autorizar despesa, a sua autorização compete ao Conselho de Ministros.

No ano de 2018, e conforme se ilustra no Mapa 1, anexo ao presente relatório, o Estado adquiriu a propriedade de 1 imóvel, com o valor de transação de 5.000 €, tendo os institutos públicos adquirido 3 imóveis, pelo valor total de 2.390.000 €, sendo a despesa total com a aquisição de imóveis de 2.395.000 €.

É de referir que a despesa suportada pelo Estado representa 0,21% da despesa com a aquisição onerosa de imóveis e a despesa suportada pelos institutos públicos representa 99,79%, tal como resulta do quadro seguinte.

Quadro 1
Aquisição de imóveis pelo Estado e por institutos públicos

Adquirente	N.º de Imóveis	Direito de propriedade	
		Transação	
		Valor (€)	%
Estado	1	5.000,00	0,21%
Institutos públicos	3	2.390.000,00	99,79%
Total	4	2.395.000,00	100%



No ano de 2018 não se registaram aquisições de direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos.

2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018

Para além da constituição de direitos de superfície sobre imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos, regulada no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, podem ainda ser constituídos outros direitos reais de gozo sobre os imóveis referidos, *vg* servidões legais de passagem e servidões administrativas, previstos em legislação própria.

No que se refere ao ano de 2018, não se verificaram, igualmente, onerações de imóveis.

2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018

De acordo com o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, os imóveis do domínio privado do Estado e os imóveis dos Institutos Públicos cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não seja conveniente podem ser objeto de alienação.

Podem igualmente ser vendidos imóveis afetos a fins de interesse público desde que fique assegurada a continuidade da prossecução de fins dessa natureza.

Compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a venda dos imóveis do Estado e dos institutos públicos e a escolha do respetivo tipo de procedimento.

A decisão de adjudicação compete ao Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, no caso de imóveis do Estado, ou ao respetivo órgão de direção, no caso de imóveis dos institutos públicos.

Para além das modalidades de alienação previstas no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, há ainda que realçar que, a coberto do Código das Expropriações, podem os imóveis do Estado ser objeto de expropriação por outras entidades, sendo que tal ato ainda que configurando uma aquisição originária para o expropriante, não pode deixar de se considerar na vertente do expropriado como diminuição do seu património, configurando assim uma alienação na perspetiva do sujeito expropriado.

Conforme melhor se demonstra no Quadro 3 em 2018 foram alienados 59 imóveis que correspondem a um valor de transação de 13.766.952,73 €, sendo que cerca de 74% deste valor foi alcançado através da alienação de imóveis do Estado.



Quadro 2
Imóveis alienados pelo Estado e por institutos públicos

Entidade Alienante	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Estado Português	32	54,24%	10.171.452,73	73,88%
Institutos públicos	27	45,76%	3.595.500,00	26,12%
Total	59	100%	13.766.952,73	100%

No quadro seguinte segue a distribuição por Ministério dos imóveis alienados pelo Estado e por institutos públicos, em 2018, donde se retira que o Ministério que mais imóveis disponibilizou para alienação foi o das Finanças, cerca de 31%. Por outro lado, constata-se que os imóveis disponibilizados pelo Ministério da Defesa Nacional representam cerca de 45% do valor total de transação.

Quadro 3
Imóveis alienados por Ministério

Ministérios	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Administração Interna	2	3,39%	68.000,00	0,49%
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	16	27,12%	925.020,00	6,72%
Defesa Nacional	8	13,56%	6.190.410,00	44,97%
Finanças	18	30,51%	3.615.022,73	26,26%
Justiça	11	18,64%	1.689.500,00	12,27%
Orgão de Soberania	1	1,69%	138.000,00	1,00%
Saúde	2	3,39%	1.018.000,00	7,39%
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1	1,69%	123.000,00	0,89%
Total	59	100%	13.766.952,73	100%

Tal como se verifica no próximo quadro, e no que concerne ao tipo de procedimento adotado na alienação de imóveis, 62,71% foram alienados por hasta pública e 37,29% por ajuste direto, representando os imóveis alienados por hasta pública 77,41% do valor de transação.

Quadro 4
Tipo de procedimento de alienação

Procedimento de Alienação	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Hasta Pública	37	62,71%	10.656.771,00	77,41%
Ajuste Direto	22	37,29%	3.110.181,73	22,59%
Total	59	100%	13.766.952,73	100%



Conforme se pode concluir da leitura do quadro 5, dos 59 imóveis alienados, 71% foram adquiridos por empresas privadas/fundos imobiliários e pessoas singulares, o que representa 80% (11.002.971 €) do valor total de transação.

Quadro 5
Imóveis alienados - Entidade adquirente

Entidades Adquirentes	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Autarquias Locais	13	22,03%	2.615.981,73	19,00%
Empresas Privadas/Fundos Imobiliários	29	49,15%	4.434.371,00	32,21%
Regiões Autónomas	4	6,78%	148.000,00	1,08%
Pessoas Singulares	13	22,03%	6.568.600,00	47,71%
Total	59	100%	13.766.952,73	100%

A identificação dos imóveis alienados consta do Mapa 3, anexo ao presente Relatório.

2.4 Permuta de imóveis do Estado por escritura pública e por transação judicial em 2018

A permuta é um contrato inominado cujo núcleo essencial consiste na prestação de uma coisa por outra.

De acordo com o artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto podem ser efetuadas permutas de imóveis do Estado e dos institutos públicos desde que os imóveis a adquirir revistam especial interesse para o Estado ou instituto público e que o valor da avaliação dos imóveis a adquirir não exceda em 50% os imóveis dados em permuta.

Por escritura pública, no ano de 2018, o Estado alienou 1 imóvel com o Município da Moita, adquirindo outro, por igualdade de valores, tendo em vista a construção do futuro quartel da Guarda Nacional Republicana naquele Município.

Ainda por escritura pública, e com vista à regularização do Pólo da Asprela do Instituto Politécnico do Porto, I.P. (IPP,IP) o Estado e o Município do Porto efetuaram uma permuta, através da qual o primeiro transmitiu a propriedade do solo de 3 imóveis, onerados com um direitos de superfície a favor do IPP, IP, e da Universidade Católica Portuguesa, e adquiriu a propriedade do solo de 6 imóveis, onerados com direitos de superfície a favor daquele Instituto, tendo pago a diferença de valores entre os bens em causa, no montante 14.898,00 €.

Estas permutas encontram-se evidenciadas no Mapa 3.

Por transação judicial, homologada por sentença, de 21 de dezembro de 2017, transitada em julgado, a 7 de fevereiro de 2018, foi concretizada a permuta de prédios entre o Estado e a Portucel Florestal-Empresa de Desenvolvimento Rural, S.A, vertida no Despacho



Conjunto n.º 894/2000, de 31 de julho, pondo termo à ação intentada por aquela empresa contra o Estado²

Assim, através da mesma, o Estado adquiriu 4 prédios, pelo valor de 4.706.011 €, e alienou 19 pelo valor de 4.230.736,89 €. No âmbito desta transação, e a título de indemnização, o Estado, através do Instituto da Conservação da Natureza, IP3, obrigou-se a pagar à Portucel Florestal-Empresa de Desenvolvimento Rural, S.A., o montante de 735.000 €, em 5 prestações anuais.

Esta transação judicial encontra-se evidenciada no Mapa 4.

Considerando quer as permutas realizadas por escritura pública, quer por transação judicial, obtém-se que o Estado adquiriu 11 imóveis e transmitiu 23 imóveis, cujos valores de transação e pagamentos associados seguem representados no quadro infra.

Quadro 6
Resumo permutas/transação judicial em 2018

Modalidade	Imóveis adquiridos		Imóveis alienados		Pagamentos	
	N.º	Valor de transação	N.º	Valor de Transação	Valor	Natureza
Escritura pública	7	944.996,00 €	4	930.098,00 €	14.898,00 €	Diferencial
Transação Judicial	4	4.706.011,74 €	19	4.230.736,89 €	735.000,00 €	Indemnização
Total	11	5.651.007,74 €	23	5.160.834,89 €	749.898,00 €	

² A transação foi autorizada pelo Despacho n.º 1030/17/MF, de S. Exa. o Ministro das Finanças, de 4 de dezembro e pelo Despacho do Senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, de 27 de novembro de 2017.

³ O pagamento da indemnização ficou a cargo do Instituto da Conservação da Natureza, I.P., uma vez que os imóveis adquiridos pelo Estado ficaram afetos àquele Instituto.



3. CONCLUSÃO

No ano de 2018, verifica-se que o valor das alienações supera em 10.881.779,88 € o valor realizado com a aquisição de imóveis, sendo o número de imóveis alienados superior em 67 aos imóveis adquiridos, conforme se pode ver no Quadro 7.

Quadro 7
Comparativo Aquisições/Alienções

Aquisições/Alienções						Saldo alienação vs. aquisição	
Modalidade de aquisição	N.º	Valor (€)	Modalidade de alienação	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)
Compra	4	2.395.000,00	Hasta pública e ajuste direto	59	13.766.952,73	55	11.371.952,73
Permuta	11	5.651.007,74	Permuta	23	5.160.834,89	12	-490.172,85
Total	15	8.046.007,74		82	18.927.787,62	67	10.881.779,88

Lisboa, em 22 de janeiro de 2019

MAPA 1
Aquisição onerosa de imóveis pelo Estado e por institutos
públicos em 2018

Designação do Imóvel	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia do Imóvel PU - Urbano PR - Rústico PM - Prédio misto	Direito Adquirido/ Modalidade da Aquisição	Adquirente		Vendedor		Valor da Avaliação	Valor da Transação	Data efetiva da Transação
	Distrito	Concelho	Freguesia					Identificação	NIF	Identificação	NIF			
Lote de terreno sito na Calçada da Ameixoeira	Lisboa	Lisboa	Santa Clara	1050/Ameixoeira CRP Lisboa	2238-Santa Clara	PU	Propriedade/Compra	Estado Português	501 481 036	Município de Lisboa	500 051 070	5 000,00 €	5 000,00 €	14-07-2018
Subtotal												5 000,00 €	5 000,00 €	
Prédio sito na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves	Braga	Braga	UF de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto)	1898/Braga (S. José de S. Lázaro) 2.ª CRP Braga	2138- Braga (S. José de S. Lázaro e São João do Souto)	PU	Propriedade/Compra	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, IP	503 494 933	Novo Banco, S.A	513 204 016	1 150 000,00 €	1 150 000,00 €	20-04-2018
Terreno para construção sito Rua do Carregal	Braga	Barcelos	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (São Martinho e São Pedro)	946/Vila Frescainha (S.Martinho) CRP Barcelos	3145- UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (São Martinho e São Pedro)	PU	Propriedade/Compra	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, IP	503 494 933	João Gomes Cardoso de Faria, e Maria da Conceição Dias Salgueiro	123 860 237 123 860 245	270 000,00 €	270 000,00 €	08-06-2018
Terreno para construção sito Av. Fernão Magalhães	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	13/Coimbra (Santa Cruz) 2.ª CRP Coimbra	3884- UF de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Propriedade/Compra	Administração Regional de Saúde do Centro, IP	503 122 165	Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social, IP	500 715 505	970 000,00 €	970 000,00 €	26-09-2018
Subtotal												2 390 000,00 €	2 390 000,00 €	
Total												2 395 000,00 €	2 395 000,00 €	

MAPA 2
Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018

Designação do Imóvel	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Alienante					Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação	Data efetiva da Transação	Forma de Alienação
	Distrito	Concelho	Freguesia				Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário	NIF				
Parcela de terreno para construção, sito no lugar de Felgueiras	Aveiro	Castelo de Paiva	UF de Sobrado e Bairos	1922/Sobrado CRP Castelo de Paiva	2064/UF de Sobrado e Bairos	PU	Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP	501 442 600	Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP	501 442 600	BRADCO-Fabricação e Comercialização de Marroquinárias, S.A.	507 312 694	123 000,00 €	123 000,00 €	06-02-2018	Ajuste direto
Hospital Conde de Castro Guimarães, sito na Av.ª do Ultramar n.º 122/122A, em Cascais	Lisboa	Cascais	UF Cascais e Estoril	11163/Cascais 1.ª CRP Cascais	1547 e 1548/UF Cascais e Estoril	PU	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP	503 148 776	Ministério da Saúde	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP	503 148 776	Município de Cascais	505 187 531	342 000,00 €	342 000,00 €	23-03-2018	Ajuste direto
				11339/Cascais 1.ª CRP Cascais	11732/UF Cascais e Estoril									676 000,00 €	676 000,00 €		
Fração autónoma "B2" do prédio sito da Bica do Pau, no Funchal	Madeira	Funchal	São Gonçalo	195-B2/São Gonçalo CRP Funchal	2917/São Gonçalo	PU	Estado Português	501 481 036	Órgão de Soberania	Tribunal de Contas - Seção Regional da Madeira	671 000 780	MEGAHOUSE-IMOBILIÁRIA, Lda.	514 452 650	138 000,00 €	138 000,00 €	17-04-2018	Ajuste direto
Ex-Posto Fiscal de Galegos, Marvão	Portalegre	Marvão	Santa Maria de Marvão	1278/Santa Maria de Marvão CRP Marvão	606/Santa Maria de Marvão	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério da Administração Interna	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	600 014 665	Município de Marvão	501 170 162	29 000,00 €	29 000,00 €	03-05-2018	Ajuste direto
Imóvel designado PM 100/ELVAS-Carreira de Tiro, sito em Monte do Falcato, Elvas	Portalegre	Elvas	UF de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	682/UF de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso CRCPCA Elvas	951/UF de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	600 086 640	Município de Elvas	501 272 968	26 200,00 €	26 200,00 €	15-05-2018	Ajuste direto
Fração autónoma "E" correspondente ao 1.º Dto., do prédio sito na Rua Carvalho Araújo, n.º 35, Damaia	Lisboa	Amadora	Águas Livres	367-"E"/Damaia CRP Amadora	335/Águas Livres	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Leonilde Josefa Flor Silva	129 709 638	45 500,00 €	45 500,00 €	22-06-2018	Ajuste direto
Prédio composto por duas moradias geminadas, sito na Rua Julião Quintinha, n.ºs 2 e 4, em Silves	Faro	Silves	Silves	8592/Silves CRP Silves	3462/Silves	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	João Ricardo Carapeto Felgueira Ramos e Rita Cristina Guerreiro Calais Ramos	216 266 068 188 335 137	241 000,00 €	241 000,00 €	04-07-2018	Ajuste direto
Prédio denominado "Casa Florestal de Outeiro da Santa" moradia B-144, em Vila da Ponte	Vila Real	Montalegre	Vila da Ponte	249/Vila da Ponte CRP Montalegre	293/Vila da Ponte	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	510 342 647	Junta de Freguesia de Vila da Ponte	507 099 079	19 250,00 €	19 250,00 €	06-07-2018	Ajuste direto
Prédio urbano sito na Travessa do Recolhimento Lázaro Leitão, n.º 22, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	São Vicente	2791/Santa Engrácia CRP Lisboa	1640/São Vicente	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	José Manuel Garcia da Costa Bual, (22,22%); Maria da Graça Garcia da Costa Bual Durão, (22,22%); Maria Teresa Álvares Moreira da Fonseca, (11,11%); Maria Cristina d'Orey Roquette Álvares, (11,11%); Maria Margarida Bual Álvares Alves de Sousa, (11,11%); Maria Luísa Bual Álvares Gomes Amorim, (11,11%); Maria Cristina Oliveira Campos Pais, (3,704%); Carlos Jose Caldeira do Casal Ribeiro, (3,704%); Maria da Conceição Álvares Bual Falcão da Luz, (3,704%)	125 886 527 127 224 610 121 536 866 152 274 022 124 557 627 149 657 838 194 231 844 160 213 487 158 393 988	20 000,00 €	20 000,00 €	06-07-2018	Ajuste direto
Quota-parte indivisa do prédio urbano sito na Rua Guilherme Anjos, Letra H, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Campo de Ourique	2705/Santa Isabel CRP Lisboa	1438/Campo de Ourique	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Município de Lisboa	500 051 070	951,73 €	951,73 €	06-07-2018	Ajuste direto
Parcelas de terreno que fazem parte integrante da UI 24 - Base Aérea n.º 4, sito nas Lajes	Açores	Ilha Terceira /Praia da Vitória	Lajes	193/Lajes CRCPCA Praia da Vitória	69/Lajes	PR	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	600 086 640	Região Autónoma dos Açores	512 047 855	7 260,00 €	7 260,00 €	20-07-2018	Ajuste direto
				194/Lajes CRCPCA Praia da Vitória	70/Lajes									6 050,00 €	6 050,00 €		
				2104/Lajes CRCPCA Praia da Vitória	1777/Lajes									131 950,00 €	131 950,00 €		
				3601/Lajes CRCPCA Praia da Vitória	68/Lajes									2 740,00 €	2 740,00 €		

Subtotal 1 808 901,73 € 1 808 901,73 €

MAPA 2
Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018

Designação do Imóvel	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Alienante					Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação	Data efetiva da Transação	Forma de Alienação
	Distrito	Concelho	Freguesia				Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário	NIF				
Estação Radionaval Almirante Ramos Pereira da Apúlia	Braga	Esposende	UF de Apúlia e Fão	4801/Apúlia CRP Esposende	4184/UF de Apúlia e Fão	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	600 086 640	Município de Esposende	506 617 599	936 000,00 €	936 000,00 €	08-08-2018	Ajuste direto
Prédio composto por duas moradias geminadas A e B, sito na Rua Dr. José Correia Matêis ao Rossio de S. Vicente s/n, em Cuba	Beja	Cuba	Cuba	2736/Cuba CRP Cuba	1319/Cuba	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Célia do Carmo Chamorro Escrevente Ricardo Caniço Escrevente	219 915 598 207 233 560	142 500,00 €	142 500,00 €	30-08-2018	Ajuste direto
Fração autónoma "T" correspondente ao 2.º Esq., do prédio sito na Rua D. Branca Saraiva de Carvalho, n.º 20, na Amora	Setúbal	Seixal	Amora	3306-F/Amora CRP Amora	999-F/Amora	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Claudia Alexandra Alegrias de Jesus	216 201 225	41 800,00 €	41 800,00 €	13-09-2018	Ajuste direto
Prédio composto por duas moradias germinadas, sito na Rua Olivença, n.ºs 6 e 8, em Olhão	Faro	Olhão	Olhão	2702/Olhão CRP Olhão	7195 e 7196/Olhão	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Susana Cristina Baptista Alves	178 843 140	371 450,00 €	383 450,00 €	08-11-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "B" correspondente ao 1.º andar do prédio sito na Rua Vasco da Gama, n.º 22, em Faro	Faro	Faro	UF de Faro (Sé e São Pedro)	1118-B/Faro CRP Faro	6767-B/UF de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Ramos Vaz & Filhos, Lda.	502 860 316	176 369,52 €	176 369,52 €	08-11-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "C" correspondente ao 2.º frente do prédio sito na Rua Vasco da Gama, n.º 22, em Faro	Faro	Faro	UF de Faro (Sé e São Pedro)	1118-C/Faro CRP Faro	6767-C/UF de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Ramos Vaz & Filhos, Lda.	502 860 316	91 142,30 €	91 142,30 €	08-11-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "D" correspondente ao 2.º Posterior do prédio sito na Rua Vasco da Gama, n.º 22, em Faro	Faro	Faro	UF de Faro (Sé e São Pedro)	1118-D/Faro CRP Faro	6767-D/UF de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Ramos Vaz & Filhos, Lda.	502 860 316	109 934,53 €	109 934,53 €	08-11-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "E" correspondente ao 3.º frente do prédio sito na Rua Vasco da Gama, n.º 22, em Faro	Faro	Faro	UF de Faro (Sé e São Pedro)	1118-E/Faro CRP Faro	6767-E/UF de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Ramos Vaz & Filhos, Lda.	502 860 316	72 350,07 €	72 350,07 €	08-11-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "F" correspondente ao 3.º Posterior do prédio sito na Rua Vasco da Gama, n.º 22, em Faro	Faro	Faro	UF de Faro (Sé e São Pedro)	1118-F/Faro CRP Faro	6767-F/UF de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Ramos Vaz & Filhos, Lda.	502 860 316	109 934,53 €	109 934,53 €	08-11-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "G" correspondente ao 4.º andar do prédio sito na Rua Vasco da Gama, n.º 22, em Faro	Faro	Faro	UF de Faro (Sé e São Pedro)	1118-G/Faro CRP Faro	6767-G/UF de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Ramos Vaz & Filhos, Lda.	502 860 316	40 269,06 €	40 269,06 €	08-11-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "C", correspondente ao 1.º Dto. do prédio sito na Rua Natália Correia, Bairro 5 de Marco, Bloco B, em Ferreira do Alentejo	Beja	Ferreira do Alentejo	UF de Ferreira do Alentejo e Canhestros	95-C/Ferreira do Alentejo CRP Ferreira do Alentejo	1949-C/UF de Ferreira do Alentejo e Canhestros	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Francisco José O Sabino	102 451 249	52 000,00 €	52 550,00 €	08-11-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "A-2" correspondente ao 2.º andar do prédio sito na Rua das Cruzes, n.º 11-D, no Funchal	Madeira	Funchal	São Pedro	419-A-2/Funchal (S.Pedro) CRP Funchal	2749-A-2/Funchal (S.Pedro)	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	511 364 242	Sociedade Ricardo Paulo Henriques Unipessoal, Lda.	514 201 150	80 000,00 €	110 000,00 €	22-11-2018	Hasta Pública
Antiga casa de cantoneiros, sita na Aldeia-São Bartolomeu da Serra	Setúbal	Santiago do Cacém	UF Santiago do Cacém, St.º Cruz e São Bartolomeu da Serra	171/ São Bartolomeu da Serra CRPCCA Santiago do Cacém	999/ UF Santiago do Cacém, St.º Cruz e São Bartolomeu da Serra	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Fernando Jorge da Conceição Victor	229 098 495	42 600,00 €	42 600,00 €	22-11-2018	Hasta Pública
Prédio urbano denominado "Casa Florestal do Tejo" moradia B-216, sita em Campanhó	Vila Real	Mondim de Basto	UF de Campanhó e Paradañça	615/Campanhó CRP Mondim de Basto	441/UF de Campanhó e Paradañça	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	510 342 647	União de Freguesias de Campanhó e Paradañça	510 835 422	30 770,00 €	30 770,00 €	23-11-2018	Ajuste direto
Fração autónoma "B" correspondente ao r/c - B, do prédio sito na Rua Dr. Emídio Guilherme Garcia Mendes n.º 39, na Amora	Setúbal	Seixal	Amora	1763-B/Amora CRP Amora	6014-B/ Amora	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Sociedade Galbex - compra e Venda de Propriedades, Lda.	506 382 613	36 850,00 €	38 170,00 €	03-12-2018	Hasta Pública
Edifício de r/c, 1.º andar e quintal sito na Rua Anselmo Braancamp, n.º 540-544, no Porto	Porto	Porto	Bonfim	3500/Bonfim CRP Porto	4588/Bonfim	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Sociedade JANELA VIP UNIPESSOAL, Lda.	509 705 650	136 000,00 €	200 000,00 €	03-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "E", correspondente ao 2.º andar do prédio sito na Rua General Teófilo da Trindade, n.º 86, em Beja	Beja	Beja	UF de Beja(Salvador e Stª Maria da Feira)	909-E/Beja CRP Beja	1600-E/UF de Beja(Salvador e Stª Maria da Feira)	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Sociedade ZF Mediação Imobiliária e Investimentos, Lda.	504 418 998	58 000,00 €	62 000,00 €	06-12-2018	Hasta Pública
Moradia sita na Rua D.Manuel I, n.º 60 e 60-A, em Barcarena	Lisboa	Oeiras	Barcarena	2090/Barcarena 1.º CRP Oeiras	1513/Barcarena	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Susana Cristina Baptista Alves	178 843 140	313 200,00 €	313 200,00 €	13-12-2018	Hasta Pública
Subtotal													2 841 170,00 €	2 953 040,00 €			

MAPA 2
Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018

Designação do Imóvel	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Alienante					Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação	Data efetiva da Transação	Forma de Alienação
	Distrito	Concelho	Freguesia				Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário	NIF				
Prédio rústico sito no Sargaçal	Faro	Lagos	São Gonçalo de Lagos	1909/São Sebastião CRP Lagos	8 Secção B/São Gonçalo de Lagos	PR	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Avelino Manuel de Sousa Kreszentia Otília Glas de Sousa	177 599 367 198 834 110	31 000,00 €	31 000,00 €	12-12-2018	Ajuste direto
Armazém industrial sito Além do Rio, em Mértola	Beja	Mértola	Mértola	4167/Mértola CRP Mértola	2560/Mértola	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Município de Mértola	503 279 765	155 600,00 €	155 600,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "D", correspondente ao 2.º andar do prédio sito na Rua Serpa Pinto - Britelo, em Celorico de Basto	Braga	Celorico de Basto	UF de Britelo Gêmeos e Ourilhe	410-D/Britelo CRP Celorico de Basto	1380-D/UF de Britelo Gêmeos e Ourilhe	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Sociedade Vimabastos-Confeções, Lda.	504 595 920	91 500,00 €	105 500,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Casa de Cantoneiros km 99,924, na EN 258, em Barrancos	Beja	Barrancos	Barrancos	1204/Barrancos CRP Barrancos	1839/Barrancos	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Sociedade RTDC-Receita Tradicional de Bifanas de Vendas Novas	514 444835	5 850,00 €	6 600,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Moradia sita na Rua de S. Pedro do Azeiro, nº 16 e a Rua D. João de Castro, nº 9, em Oeiras	Lisboa	Oeiras	UF de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	5029/Oeiras e S. João da Barra CRP Oeiras	1427/UF de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Sociedade Leblion Capital, Lda.	515 030 457	892 000,00 €	1 062 100,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Antigo Quartel de São Brás, sito na Rua de São Brás no Porto	Porto	Porto	UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória	870/Cedofeita CRP Porto	4401/UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória	PU	Estado Português	501481036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	600 086 640	Alexander Jeshurun	297 649 060	3 796 000,00 €	5 000 000,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Edifício sito na Rua 31 de Janeiro, nº 32 e Rua da Madeira n.ºs 220 e 224, no Porto	Porto	Porto	UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória	3643/Santo Ildefonso CRP Porto	1719/UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória	PU	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Sociedade OPPA - Investimentos Imobiliários, S.A.	507 254 058	528 000,00 €	1 044 001,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Moradia sita na Rua Capitão Tinoco de Faria, n.º 70, na Povoia de Lanhoso	Braga	Povoia de Lanhoso	Povoia de Lanhoso(Nossa Senhora do Amparo)	1615/Povoia de Lanhoso(Nossa Senhora do Amparo) CRP Povoia de Lanhoso	418/Povoia de Lanhoso(Nossa Senhora do Amparo)	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Município da Povoia de Lanhoso	506 632 920	94 000,00 €	138 000,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Moradia sita na Rua Capitão Tinoco de Faria, n.º 48, na Povoia de Lanhoso	Braga	Povoia de Lanhoso	Povoia de Lanhoso(Nossa Senhora do Amparo)	1614/Povoia de Lanhoso(Nossa Senhora do Amparo) CRP Povoia de Lanhoso	417/Povoia de Lanhoso(Nossa Senhora do Amparo)	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Município da Povoia de Lanhoso	506 632 920	90 300,00 €	143 000,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "BW" corresponde a escritório no 9.º andar do prédio sito na Av.ª Sá da Bandeira, n.º 115 - Centro Comercial Golden, em Coimbra	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	941-BW/Coimbra 1.ª CRP Coimbra	3313-BW/UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Healthics, Lda.	509 397 832	37 618,00 €	38 033,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "BX" corresponde a escritório no 9.º andar do prédio sito na Av.ª Sá da Bandeira, n.º 115 - Centro Comercial Golden, em Coimbra	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	941-BX/Coimbra 1.ª CRP Coimbra	3313-BX/UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Healthics, Lda.	509 397 832	37 618,00 €	38 033,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "BY" corresponde a escritório no 9.º andar do prédio sito na Av.ª Sá da Bandeira, n.º 115 - Centro Comercial Golden, em Coimbra	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	941-BY/Coimbra 1.ª CRP Coimbra	3313-BY/UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Healthics, Lda.	509 397 832	37 618,00 €	38 033,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "BZ" corresponde a escritório no 9.º andar do prédio sito na Av.ª Sá da Bandeira, n.º 115 - Centro Comercial Golden, em Coimbra	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	941-BZ/Coimbra 1.ª CRP Coimbra	3313-BZ/UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Healthics, Lda.	509 397 832	37 618,00 €	38 033,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "CA" corresponde a escritório no 9.º andar do prédio sito na Av.ª Sá da Bandeira, n.º 115 - Centro Comercial Golden, em Coimbra	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	941-CA/Coimbra 1.ª CRP Coimbra	3313-CA/UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Healthics, Lda.	509 397 832	29 271,00 €	29 594,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Subtotal														5 863 993,00 €	7 867 527,00 €		

MAPA 2
Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2018

Designação do Imóvel	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rustico (PM) Prédio Misto	Alienante					Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação	Data efetiva da Transação	Forma de Alienação
	Distrito	Concelho	Freguesia				Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário	NIF				
Fração autónoma "CB" corresponde a escritório no 9.º andar do prédio sito na Av.ª Sá da Bandeira, n.º 115 - Centro Comercial Golden, em Coimbra	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	941-CB/Coimbra 1.º CRP Coimbra	3313-CB/UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Healthics, Lda.	509 397 832	31 331,00 €	31 675,70 €	18-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "CC" corresponde a escritório no 9.º andar do prédio sito na Av.ª Sá da Bandeira, n.º 115 - Centro Comercial Golden, em Coimbra	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	941-CC/Coimbra 1.º CRP Coimbra	3313-CC/UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Healthics, Lda.	509 397 832	33 607,00 €	33 978,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "CD" corresponde a escritório no 9.º andar do prédio sito na Av.ª Sá da Bandeira, n.º 115 - Centro Comercial Golden, em Coimbra	Coimbra	Coimbra	UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	941-CD/Coimbra 1.º CRP Coimbra	3313-CD/UF de Coimbra, (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu)	PU	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, IP	508 136 644	Sociedade Healthics, Lda.	509 397 832	27 319,00 €	27 620,30 €	18-12-2018	Hasta Pública
Morada sita na Rua das Escolas, n.º 1, São Pedro, em Gouveia	Guarda	Gouveia	UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	851/Gouveia(São Pedro) CRP Gouveia	1766/UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	José Carlos dos Prazeres Lucas	184 224 799	136 000,00 €	153 000,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Morada sita na Praça General Humberto Delegado, em Peso de Régua	Vila Real	Peso da Régua	UF de Pesos da Régua e Godim	1274/Peso da Régua CRP Peso da Régua	1498/UF de Pesos da Régua e Godim	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Pedro Miguel Costas Chaves	166 110 345	102 000,00 €	102 000,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Prédio composto por duas moradias germinadas sito na Rua Dr. Almeida, 53 e 55, em Mangualde	Viseu	Mangualde	UF de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta	5319/Mangualde CRP Mangualde	1585/UF de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta	PU	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 364 242	Sociedade Decisivo e Dinâmico, S.A	510 192 076	162 000,00 €	162 000,00 €	18-12-2018	Hasta Pública
Imóvel designado PM1/Aveiro-Carreira de Tiro de Esgueira, situado em Olho de Água, Esgueira	Aveiro	Aveiro	Esgueira	9644/Esgueira CRP Aveiro	1112/Esgueira	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	600 086 640	Município de Aveiro	505 931 192	80 210,00 €	80 210,00 €	20-12-2018	Ajuste direto
Ex-posto Fiscal de Santo António das Areias, em Marvão	Portalegre	Marvão	Santo António das Areias	1948/Santo António das Areias CRP Marvão	1217/Santo António das Areias	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério da Administração Interna	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	600 014 665	Junta de Freguesia de Santo António das Areias	506 867 412	39 000,00 €	39 000,00 €	20-12-2018	Ajuste direto
Fração autónoma "B" correspondente ao 2.º andar do prédio sito na Rua Alcárcova de Baixo, nº 6, em Évora	Évora	Évora	UF de Évora (S.Mamede, Sé, S.Pedro e S.Antão)	137-B/Santo Antão CRP Évora	1623-B/UF de Évora (S.Mamede, Sé, S. Pedro e S. Antão)	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Fundo de Pensões Banco BPI	720 000 149	70 000,00 €	74 866,30 €	20-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "C" correspondente ao 2.º andar do prédio sito na Rua Alcárcova de Baixo, nº 6, em Évora	Évora	Évora	UF de Évora (S.Mamede, Sé, S.Pedro e S.Antão)	137-C/Santo Antão CRP Évora	1623-C/UF de Évora (S. Mamede, Sé, S. Pedro e S. Antão)	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Fundo de Pensões Banco BPI	720 000 149	117 000,00 €	125 133,70 €	20-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "D" correspondente ao 3.º andar do prédio sito na Rua Alcárcova de Baixo, nº 6, em Évora	Évora	Évora	UF de Évora (S.Mamede, Sé, S.Pedro e S.Antão)	137-D/Santo Antão CRP Évora	1623-D/UF de Évora (S. Mamede, Sé, S. Pedro e S. Antão)	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Fundo de Pensões Banco BPI	720 000 149	178 000,00 €	193 000,00 €	20-12-2018	Hasta Pública
Fração autónoma "E" correspondente ao 4.º andar do prédio sito na Rua Alcárcova de Baixo, nº 6, em Évora	Évora	Évora	UF de Évora (S.Mamede, Sé, S.Pedro e S.Antão)	137-E/Santo Antão CRP Évora	1623-E/UF de Évora (S. Mamede, Sé, S. Pedro e S. Antão)	PU	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Fundo de Pensões Banco BPI	720 000 149	114 000,00 €	115 000,00 €	20-12-2018	Hasta Pública
Subtotal													1 090 467,00 €	1 137 484,00 €			
Total													11 604 531,73 €	13 766 952,73 €			

Designação do imóvel	Bens adquiridos										Bens dados em permuta													Valor efetivo da Transação	Valor pago	Data da transação				
	Localização			Registo Predial	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel PU - Urbano PR - Rustico PM - Prédio Misto	Área Coberta (m2)	Área Descoberta (m2)	Área Total (m2)	Adquirente		Direito Adquirido	Valor da Avaliação	Designação do imóvel	Localização			Descrição Predial	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel PU - Urbano PR - Rustico PM - Prédio Misto	Área Coberta (m2)	Área Descoberta (m2)	Área Total (m2)				Adquirente		Direito Adquirido	Valor da Avaliação
	Distrito	Concelho	Freguesia							Identificação	NIF				Distrito	Concelho	Freguesia										Identificação	NIF		
Lote 2 da Urbanização da Mãe d'Água	Setúbal	Moita	Moita	5151/Moita CRP Moita	6512/Moita	PU	-	847	847	Estado Português	501 481 036	Propriedade	832 000,00 €	Ex-Quartel de Bombeiros Voluntários da Moita sito na Alameda dos Bombeiros Portugueses	Setúbal	Moita	Moita	4131/Moita CRP Moita	6187/Moita	PU	766.47	463.43	1229.90	Município da Moita	506 791 220	Propriedade	832 000,00 €	832 000,00 €	-	03-12-2018
Parcela de Terreno designada "A3", sita na Rua Dionísio dos Santos Silva	Porto	Porto	Paranhos	A desanexar do 5315/Paranhos CRP Porto	14114/Paranhos	PU	-	2519	2519	Estado Português	501 481 036	Propriedade do solo	65 494,00 €	Prédio designado por "Parcela C", sito na Rua Arquiteto Lobão Vital	Porto	Porto	Paranhos	3510/Paranhos CRP Porto	14124/Paranhos	PU	-	1177	1177	Município do Porto	501 306 099	Propriedade do solo	30 602,00 €	112 996,00 €	14 898,00 €	12-11-2018
Parcela de terreno designada "A4", sita na Rua Dr. Bernardino de Almeida				10778/Paranhos CRP Porto	14138/Paranhos	PU		23,00	23,00				598,00 €																	
Parcela de terreno designada "A5", sita na Rua Dr. Bernardino de Almeida				10779/Paranhos CRP Porto	14139/Paranhos	PU		668,00	668,00				17 368,00 €																	
Parcela de terreno designada "A6", sita na Rua Dr. Bernardino de Almeida e Rua Dionísio dos Santos Silva				10575/Paranhos CRP Porto	14134/Paranhos	PU		343,00	343,00				8 918,00 €																	
Parcela de terreno designada "A7", sita na Rua Dr. Bernardino de Almeida				10780/Paranhos CRP Porto	14140/Paranhos	PU		471,00	471,00				12 246,00 €																	
Parcela de terreno designada "A8", sita na Rua Alfredo Allen				10781/Paranhos CRP Porto	14115/Paranhos	PU		322,00	322,00				8 372,00 €																	
Total													Total													944 996,00 €	930 098,00 €	944 996,00 €	14 898,00 €	

MAPA 4
Transação Judicial

Identificação do Imóvel	Localização			Bens adquiridos				Adquirente				Valor da Avaliação	Identificação do Imóvel	Localização			Bens transmitidos				Adquirente				Valor da Avaliação	Valor da Transação	Data efetiva da transação
	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU)-Urbano (PR)-Rústico (PM)-Prédio misto	Identificação	NIF	Direito Adquirido	Distrito	Concelho			Freguesia	Descrição Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU)-Urbano (PR)-Rústico (PM)-Prédio misto	Identificação	NIF	Direito Adquirido	Valor da Avaliação						
Prédio denominado "Sorte Cimeira" ou "Barroco Branco", sito em Vale Velido ou Quinta do Major				208/Penamacor CRP Penamacor	R 1 - Seção B- B1/Penamacor							752 613,75 €	Prédio denominado "Herdade dos Caniços", sito em Sines	2583/Sines CRP Sines	R 1-Seção N/Sines (parte)	PR				1 483 303,87 €							
													Prédio denominado "Monte Feio", sito em Monte Feio, Sines	6614/Sines CRP Sines	R 4-Seção GG1/Sines (parte)	PR				750 734,18 €							
													Prédio denominado "Cerca das Quintas", sito em Cerca das Quintas, Sines	6615/Sines CRP Sines	R 19-Seção I/Sines (parte)	PR				8 774,56 €							
													Prédio denominado "Pegos", situado em Sines	2591/Sines CRP Sines	R 27-Seção E/Sines	PR				69 514,56 €							
Prédio denominado "Revoltas" ou "Ribeira das Casinhas" - Bazágueda, sito em Vale Velido ou Quinta do Major				209/Penamacor CRP Penamacor	R 7-Seção E-E1-E2/Penamacor							676 016,80 €	Prédio denominado "Monte dos Pegos", em Sines	2581/Sines CRP de Sines	R 5-Seção E/Sines (parte) U 375/Sines	PM				159 132,26 €							
													Prédio denominado "Courela da Charnequinha", sito em Sines	2589/Sines CRP Sines	R 7-Seção E/Sines	PR				11 850,27 €							
													Prédio denominado "Arramadadas" ou "Ramadas", sito em Sines	2596/Sines CRP Sines	R 31-Seção E/Sines U 1521/Sines	PM				152 149,06 €							
													Prédio denominado "Pegos", sito em Sines	2582/Sines CRP Sines	R 30-Seção E/sines (parte)	PR				20 737,98 €							
													Prédio denominado "Courela da Charnequinha", sito em Sines	2590/Sines CRP Sines	R 9-Seção E/Sines U -734/Sines U-788/Sines U-1522/Sines	PM				152 995,51 €							
Prédio denominado "Quinta de Santo António da Baságueda" ou "Quinta do Major", sito em Vale Velido ou Bazágueda	Castelo Branco	Penamacor	Penamacor	3333/Penamacor	R 1-Seção F-F1/Penamacor (parte) R 2-Seção A-A1-A2/Penamacor R 5- Seção E-E1-E2/Penamacor	PR	Estado Português	501 481 036	Propriedade	Setúbal	Sines	Sines	2 345 284,00 €	Prédio denominado "Courela da Fonte Nova", sito em Lugar dos Pegos, Sines	6018/Sines CRP Sines	R 29-Seção E/Sines	PR	Portucel Florestal - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A.	503 025 780	Propriedade	84 644,82 €						
														Prédio denominado "Pegos", sito em Sines	2595/Sines CRP Sines	R 33-Seção E/Sines U- 376/Sine U 377/Sines U-624/Sines	PM				34 281,15 €						
														Prédio denominado "Monte dos Pegos", sito em Sines	2597/Sines CRP Sines	R 32-Seção E/Sines	PR				47 930,13 €						
														Prédio denominado "Courela do Chaparro", sito em Sines	2588/Sines CRP Sines	R 6-Seção E/Sines	PR				14 178,01 €						
														Prédio denominado "Sobreiro do Rato", sito em Sines	2584/Sines CRP Sines	R 5-Seção N /Sines (parte)	PR				191 033,23 €						
Prédio sito em Alizios				5772/Penamacor CRP Penamacor	R 1-Seção CA-C4/Penamacor (parte)							932 097,19 €	Prédio denominado "Courela da Ponte" ou "Courela da Fonte", sito em Sines, Vale Clarinho	2586/sines CRP Sines	R 7-Seção N/Sines (parte) U 761/Sines	PM				155 189,65 €							
													Prédio denominado "Pedra Fumenta", sito em Sines	2594/Sines CRP Sines	R9-Seção N/Sines (parte) U 1949/Sines	PM				143 274,92 €							
													Prédio denominado "Porto das Chantas", sito em Sines	2585/Sines CRP Sines	R 6 - Seção N/Sines (parte)	PR				174 919,66 €							
													Prédio denominado "Pinheiros Mansos" sito em Sines	2587/Sines CRP sines	R 8-Seção N/Sines (parte)	PR				131 753,92 €							
													Prédio denominado "Monte Queimado" e "Palhotas", sito em Sines	2592/Sines CRP Sines	R 2-Seção U/Sines U 330/Sines U 333/Sines U 334/Sines U 335/Sines U 336/Sines	PM				444 339,15 €							
											4 706 011,74 €												4 230 736,89 €	4 965 736,89 €			

* O valor da transação corresponde ao valor dos imóveis alienados pelo Estado acrescido do valor da indemnização, no montante de 735.000,00€ a pagar, pelo Instituto da Conservação da Natureza, I.P., em 5 prestações anuais.